

CVM e ANBIMA incluem FIDC em acordo de cooperação para aproveitamento de autorregulação da indústria de fundos

Com a novidade, cerca de 90% dos fundos do setor estão sob o guarda-chuva do monitoramento conjunto

Entrou em vigor a **ampliação do acordo de cooperação entre a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) para supervisão da indústria de fundos**. Com a novidade, a parceria passa a abranger também **FIDCs** (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), contemplando cerca de 90% do setor (mais de 28 mil fundos) sob o monitoramento conjunto.

Até então, apenas FIFs (Fundos de Investimentos Financeiros) faziam parte do acordo, que prevê a possibilidade de aproveitamento, pela autarquia, do trabalho de monitoramento da indústria de fundos realizado pela ANBIMA.

"O acordo é importante para que a CVM possa acompanhar a supervisão exercida pela ANBIMA sobre os seus associados e considerar o aproveitamento no âmbito das medidas adotadas pela autarquia. O momento é ideal considerando a nova regulamentação que redistribuiu as atividades e responsabilidades entre prestadores de serviço, e que há quase 3mil FIDCs em funcionamento, com crescimento de mais de 130% na quantidade de fundos e de mais de 200% no patrimônio líquido, desde 2020", afirma **Bruno Gomes, Superintendente de Securitização e Agronegócio (SSE) da CVM**.

"Esse é um passo importante, que nos permite colaborar com a CVM na supervisão, pela primeira vez, de um fundo estruturado. Nesta categoria, os FIDCs têm ganhado relevância por ser um produto em expansão no mercado de capitais e que, desde a entrada em vigor da Resolução 175, pode ser ofertado para o público em geral", afirma **Guilherme Benaderet, nosso superintendente de Supervisão de Mercados**.

O trabalho de supervisão realizado pela ANBIMA no acordo contempla, entre outras atividades, a verificação do cumprimento das regras de autorregulação relativas aos FIDCs, o envio de pedidos de informação aos prestadores de serviços dos fundos e ações de orientação e suporte às instituições, com foco na prevenção de eventuais violações dos códigos de autorregulação.

Panorama

No primeiro semestre de 2024, o acordo de FIFs resultou em cinco termos de compromisso e em oito cartas de recomendações para instituições que seguem os códigos de autorregulação da ANBIMA. Ao longo da história do convênio, que existe desde 2018, já foram firmados mais de 40 termos e enviadas cerca de 30 cartas às instituições financeiras.

Selic deve chegar a 15,25% até junho, projeta Grupo Consultivo Macroeconômico

Economistas projetam que Copom vai elevar a taxa básica de juros em um ponto percentual na reunião desta semana, para 13,25% ao ano

O nosso **Grupo Consultivo Macroeconômico** projeta que a **Selic deve chegar a 15,25% ao ano** em junho. Na visão dos economistas, o Copom (Comitê de Política Monetária) vai aumentar os juros em um ponto percentual, para 13,25% ao ano, nesta semana, e elevar a taxa em mais um ponto em março. O movimento será seguido de outros dois reajustes de 0,50 ponto percentual nas reuniões de maio e junho, chegando a 15,25% e permanecendo nesse patamar até o final de 2025.

As projeções para a **inflação**, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidos Amplo), foram revisadas de 4,8% para 5,6%, refletindo as preocupações do mercado diante da política fiscal expansionista do governo, ficando ainda mais distante do teto da meta (4,5%).

“Além da forte desvalorização do real nos últimos meses e as incertezas no cenário externo, houve uma deterioração das expectativas fiscais e de inflação, o que justifica uma política monetária mais restritiva neste momento”, disse **David Beker, vice-coordenador do nosso Grupo Consultivo Macroeconômico.**

No câmbio, a estimativa para o **dólar** também foi revisada, passando de R\$ 5,80 para R\$ 6,10 até o final do ano.

Os economistas projetam que o **PIB** deve crescer 1,96% em 2025, com mais força no primeiro trimestre, refletindo dados positivos do agronegócio, o reajuste do salário mínimo e o pagamento de benefícios.

Na análise da política fiscal, a projeção é de que **dívida bruta do setor público** será de 81% do PIB em 2025. Já a estimativa para o déficit primário foi revisada de 0,72% para 0,63% do PIB.

Todas as análises do Grupo Consultivo Macroeconômico da ANBIMA sobre as projeções estarão no Relatório Macroeconômico que será divulgado até 29 de janeiro.

Sobre o Grupo Consultivo Macroeconômico

O Grupo Consultivo Macroeconômico é composto por 26 economistas de instituições associadas à ANBIMA. Eles se reúnem a cada 45 dias, em média, sempre na semana que antecede a reunião do Copom, para analisar a conjuntura econômica e traçar cenários para os mercados brasileiro e internacional.

Fonte: [Anbima](#), em 27.01.2025.